

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Júlio Lopes defende maior uso da energia nuclear

## Deputado defende energia nuclear como solução

É um grande paradoxo. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) estima que a oferta de energia no país deverá triplicar. No entanto, a conta de luz deverá ficar 5,6% mais cara em 2024, conforme a estimativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Por que isso ocorre? Três motivos parecem se destacar. O primeiro é que boa parte da energia hoje

produzida é subsidiada. O segundo é o estímulo à chamada geração distribuída, quando o consumidor produz sua própria energia, com painéis solares e outros meios. Esse consumidor deixa de pagar pela energia. O terceiro é um problema na geração solar ou eólica, que é incentivada, quando usinas termelétricas precisam ser acionadas quando falta sol ou vento.

## Colapso

Para o deputado Júlio Lopes (PP-RJ), uma solução seria o maior uso da energia nuclear. Em conversa com o Correio Político, Júlio Lopes observa que o modelo que está sendo usado não vem gerando benefício ao consumidor e pode mesmo acabar entrando em colapso.

## Chernobyl

Durante muito tempo, a energia nuclear foi vista como uma coisa ambientalmente negativa. Pelo efeito de desastres como a explosão da usina de Chernobyl, na Ucrânia, e mensagens de filmes como "Síndrome da China", com Jack Lemmon e Jane Fonda.

Divulgação PAC



Obras de Angra 3 estão paradas há 20 anos

## Energia nuclear hoje é defendida pelo Greenpeace

"A possibilidade de acidentes hoje como o de Chernobyl é cada dia mais remota", defende Júlio Lopes. Hoje, o uso da energia nuclear vem sendo defendido até pelo Greenpeace. James Lovelock, fundador da ONG, que morreu em 2022, aos 103 anos, defendeu em seu livro "A Vingança da Gaya", que a energia nuclear seria uma

das soluções seguras para evitar o aquecimento global por ser limpa e não gerar produção de carbono, como os combustíveis fósseis. Além disso, hoje cresce a possibilidade de construção de pequenos reatores modulares, que podem ser construídas para atender às necessidades de uma fábrica ou propriedade rural.

## COP28

Na COP 28, que aconteceu no ano passado nos Emirados Árabes, 22 países se comprometeram a triplicar a quantidade de energia nuclear gerada no mundo até 2050. No entanto, no Brasil, o programa nuclear encontra-se parado, e com problemas sérios a solucionar.

## Urânio

Outro ponto importante defendido por Júlio Lopes é o potencial de produção de urânio. O Brasil possui a sexta maior reserva do mineral no mundo. Mais de 300 mil toneladas. Em alta neste momento, o preço internacional do urânio varia hoje entre US\$ 158 e US\$ 220 o quilo.

## Angra 3

A construção da usina nuclear de Angra 3 está parada há 20 anos. As obras estão 65% concluídas, gerando custos financeiros. A dívida da Eletronuclear, proprietária da usina no Rio de Janeiro, com as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) já ultrapassa a casa de R\$ 1,8 bilhões.

## Investimentos

"Securitizando as reservas, emitindo ações na Bolsa de Valores e iniciando a exploração, seria possível produzir com o urânio o maior programa de investimentos do país", considera Júlio Lopes. Trabalhar o incentivo à produção nuclear é a sua principal pauta.

## Mauro Cid volta à Polícia Federal para depoimento

Expectativa é de que ex-ajudante de ordens avance na delação

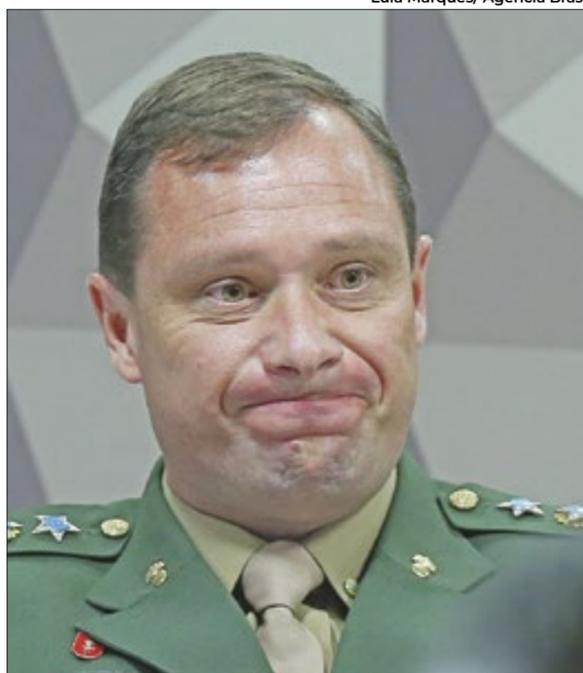
Por Ana Paula Marques

O tenente-coronel Mauro Cid irá prestar novo depoimento à Polícia Federal (PF), nesta segunda-feira (11), sobre a suposta tentativa de golpe de Estado que envolve o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ex-ministros e militares das Forças Armadas. A delação do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro é aguardada, já que acontece em seguida ao depoimento do ex-comandante do Exército general Freire Gomes, que durou mais de oito horas.

A oitava deve acontecer para preencher algumas lacunas na investigação após os depoimentos. Caso não responda às questões feitas pelos policiais, Mauro Cid poderá ter seu acordo de colaboração anulado e poderá ser preso novamente de forma preventiva. Por isso, a expectativa é de que o novo depoimento venha a esclarecer ainda mais os pontos da primeira delação.

Em seu primeiro depoimento, Mauro Cid narrou ter acontecido uma reunião na qual Bolsonaro teria mostrado aos comandantes das Forças Armadas a minuta na qual se pretendia decretar Estado de Defesa para promover uma intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para anular o resultado das eleições caso houvesse uma eventual derrota de Bolsonaro com a convocação de um novo pleito. Discutiu-se mesmo a possibilidade de prisão do presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes (uma versão anterior cogitava ainda a prisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco). Em seu depoimento, Freire Gomes confirmou ter havido a reunião. Também confirmou a reunião do ex-comandante da Aeronáutica brigadeiro Baptista Júnior. Na reunião, os dois teriam ficado contra a possibilidade de golpe, defendida somente pelo então comandante da Marinha, almirante Almir Garnier.

Bolsonaro chegou a pedir o acesso do depoimento de Freire Gomes. Os advogados do ex-presidente dizem que é "impe-rioso" que a defesa tenha acesso



Mauro Cid volta à PF para prestar novo depoimento

ao conteúdo das audiências do ex-chefe do Exército e de Baptista Júnior.

A análise é de que esses depoimentos tenham implicado o ex-presidente diretamente à tentativa de golpe, por meio da minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. De acordo com as investigações, o texto teria sido elaborado por um dos principais assessores do ex-presidente, Filipe Martins.

## Senado

A semana também se agita no Senado Federal. Após o ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal (STF) pedir criminalização do porte de maconha, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa deve levar o assunto à discussão do colegiado. A previsão é de que nesta quarta-feira (13) os senadores votem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe o porte de quaisquer quantidades de drogas ilícitas.

A data foi definida em reunião de líderes partidários com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), na última quinta-feira (7), um dia após o STF formar placar de 5 a 3 para descriminalizar o porte da maconha para uso pessoal. Se-

nadores defendem que decisões sobre o tema das drogas cabem ao Legislativo, e não à Suprema Corte.

Pacheco também defende o mesmo argumento e vai contra a fala do presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, que na última votação do caso no plenário do STF, esclareceu que o tribunal não está analisando a legalização de drogas, nem mesmo a liberação de entorpecentes, mas sim os critérios para decidir o que é tráfico.

Mas, já no dia seguinte, quinta-feira (7), Pacheco afirmou, no plenário do Senado, que a proposta vem como reação à votação no Judiciário. "O que nos motivou a propor uma PEC como reação principal foi que uma declaração de inconstitucionalidade, que significará, sim, na prática e juridicamente, a descriminalização da conduta, era algo que nós não podíamos concordar, porque cabe ao Parlamento decidir se algo deve ser crime ou não", afirmou.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que a base governista ainda não tem uma posição sobre o tema. O governo mantém a neutralidade adotada desde que os conflitos entre o Congresso e o Supremo começaram.

## Braskem

Ainda no Senado, a Comis-

são Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os danos ambientais causados em Maceió (AL) pelas operações da petroquímica Braskem na extração de sal-gema irá ouvir o depoimento do diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauro Henrique Moreira Sousa.

A ANM é a autarquia responsável por fiscalizar atividades de mineração, por isso a convocação. A CPI também vai ouvir José Antônio Alves dos Santos, superintendente de fiscalização da ANM; e Walter Lins Arcoverde, ex-diretor de fiscalização do extinto Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), que em 2017, exercia as funções da ANM.

Em 2018, o projeto de extração de sal feito pela Braskem causou o colapso do solo na capital de Alagoas, o que levou cerca de 40 mil pessoas a deixarem suas casas. Mais de 14 mil imóveis foram condenados em cinco bairros da cidade quando houve o afundamento do solo.

## Comissões

Nessa semana a Câmara dos Deputados irá definir quem ficará à frente de mais 11 comissões. Na última semana, foram eleitos os presidentes de 19 das 30 comissões permanentes da Casa, que incluem os colegiados mais importantes como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Educação, o que acabou por causar embate entre a oposição e a base governista.

As duas comissões serão presididas por parlamentares do PL, principal opositor do Planalto no Congresso. A sigla indicou e conseguiu eleger Caroline de Toni (PL-SC) para a CCJ e Nikolas Ferreira (PL-MG) para a Educação. A análise é de que a eleição dos deputados indica uma derrota para o governo.

Ainda nessa semana, os congressistas irão definir a chefia da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, entre outras.

## Gleisi: 'Não é desprezando Bolsonaro que vamos vencer'

Joédson Alves/Agência Brasil



Para Gleisi, extrema-direita é o grande adversário de Lula

desprezando Bolsonaro, nós vamos vencer o bolsonarismo", afirmou Gleisi.

Gleisi diz que "a esquerda não vai abandonar as ruas" após o ato de Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 25 de fevereiro. Para ela, a disputa de mobilizações deve ser decidida nas ruas.

## Eleições

Sobre as eleições municí-

onde não tiver, escolhemos o melhor candidato que tenha para apoiar. Não adianta lançar candidato para marcar posição, nós não estamos mais nesse processo.

## 2026

A deputada também afirmou que Lula é o nome do PT para as próximas eleições presidenciais – Bolsonaro está inelegível até 2030.

"Lula é o nosso candidato à reeleição. Nós temos polos hoje no Brasil. Temos a extrema-direita estruturada e um campo democrático progressista, popular, que precisa estar alinhado e que eu não vejo outro nome hoje com condições de disputar".

Questionada sobre quem seria o principal adversário de Lula em 2026, Gleisi não cravou um nome. "É a extrema direita. Eu não sei quem eles vão escolher de candidatura, mas são eles".